

José Augusto Seabra: no coração do texto

Manuela Parreira da Silva

Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Este estudo analisa algumas das principais noções que marcam o trabalho crítico de José Augusto Seabra sobre a obra pessoana, tal como apresentadas em *Fernando Pessoa ou o poetodrama* (1974) e *O Coração do Texto – novos ensaios pessoanos* (1996). A leitura pretende assinalar a importância e originalidade destes contributos, destacando a atenção do crítico aos materiais do espólio do poeta que foram sendo publicados, o “corte epistemológico” proposto através da sua noção de intertexto pessoano, que considera uma “multiplicidade de formas”, e o reconhecimento da presença de uma dimensão esotérica fundacional na obra.

Palavras-chave

Fernando Pessoa, Crítica, Poetodrama, José Augusto Seabra, Roland Barthes

Abstract

This study analyses some of the main notions included in the critical work of José Augusto Seabra on Fernando Pessoa, as presented in *Fernando Pessoa ou o poetodrama* (1974) and *O Coração do Texto – novos ensaios pessoanos* (1996). This reading attempts to point out the importance and originality of these contributions, by emphasizing the critic’s attention to new materials from the poet’s literary estate published at that time, the “epistemological break” proposed by Seabra’s notion of a Pessoaan intertext, which considers a “multiplicity of forms”, and the acknowledgement of the presence of a founding esoteric dimension in the literary work.

Keywords

Fernando Pessoa, Criticism, ‘Poetodrama’, José Augusto Seabra, Roland Barthes

A minha comunicação teve, por assim dizer, um começo inconsciente em Setembro de 1994, durante o Colóquio “Lusofonia/Lusografia”, realizado na Universidade de Rennes. José Augusto Seabra apresentou aí o seu texto, “Des utopies linguistiques aux écritures hétéronymiques de Pessoa”, dedicado à memória de Roland Barthes. O que para mim, na altura, foi particularmente marcante, foi constatar que o autor tomava como fonte do seu trabalho os textos dados a conhecer na obra colectiva *Pessoa Inédito*, publicada apenas alguns meses antes; ou como citava, por exemplo, a excelente apresentação desses textos, feita, no mesmo livro, por Luísa Medeiros (e intitulada “Onde se vê que o Quinto Império é o da língua portuguesa”). Tendo estado eu própria tão ligada à publicação de *Pessoa Inédito*, senti como, na verdade, valera a pena o esforço de revelar os inéditos de Pessoa, se um exegeta exigente e rigoroso como José Augusto Seabra deles se servia para sua reflexão. E isto – é bom lembrar – quando alguns brilhantes críticos pessoanos se manifestavam publicamente contra a edição de inéditos, dizendo que lhes chegavam perfeitamente as velhas edições da Ática.

Esta atenção dada ao “recente” Pessoa ficou expressa, aliás, no volume *O Coração do Texto – novos ensaios pessoanos* (1996), que incluía a comunicação de Rennes – na qual Seabra discorre sobre a “obsessão” de Fernando Pessoa “pela utopia de uma língua universal e por uma poliglossia babélica: à qual se entregou, aliás, enquanto poeta heteronímico” (Seabra, 1996: 175) – mas também, por exemplo, o ensaio intitulado “O poeta-cidadão e o ditador-contabilista”, em que revisita a relação de Pessoa com a figura do “tiraninho” Salazar, à luz das revelações feitas igualmente em *Pessoa Inédito*.

No prefácio ao livro, Maria Aliete Galhoz sublinha, justamente, que há um “continuum” entre os ensaios anteriores de Seabra e os mais recentes, “quer no percurso teórico, quer na exegese, quer na sondagem de sentidos dilatadores”. “Eles carregam”, diz a prefaciadora, “uma atenção muito vivaz a novas «modulações» significantes” (*ibid.*: XVI). O ensaísmo de José Augusto Seabra surge, assim, aos seus olhos, como afirmação de um “labor oficial” assente numa disciplina, “persistente mas aberta, notando-se para cada estudo, de estudo para estudo, um «work in progress» que os imobiliza, portanto” (*ibid.*).

Dito de outra forma, José Augusto faz dialogar os novos ensaios (que a progressiva publicação de textos inéditos pessoanos vai tornando possível e premente) com os mais antigos, também estes ancorados numa leitura atenta, cerrada e inovadora da obra mais conhecida.

Parafraseando Catherine Clément e Bernard Pingaud, a propósito de Roland Barthes (de quem Seabra foi, como se sabe, um “fiel” discípulo), diria que o que José Augusto Seabra é (foi),

acima de tudo, é (foi) um leitor: “Leitor, pois, porque descodifica e transforma, porque lê para os outros e diante deles, mas talvez sobretudo porque sabe ler por sua própria conta (...) e dar-se prazer a dar prazer” (Barthes, 1979: 8).

José Augusto Seabra põe em prática, deste modo, na sua escrita ensaística, o conceito bakhtiniano segundo o qual todo o texto (mesmo o não literário) é um “cruzamento de superfícies *textuais*, um diálogo de várias escritas: do escritor, do destinatário (...), do contexto cultural actual ou anterior” (nas palavras de Julia Kristeva, citada por José Augusto Seabra no primeiro ensaio de *O Coração do Texto*, 1996: 10).

É partindo da sua própria experiência de escrita-leitura que o ensaísta aborda a obra pessoana. Fazendo, como afirma na Apostila à edição portuguesa do seu *Fernando Pessoa ou o poetodrama*, “um corte epistemológico com todas as precedentes perspectivas de interpretação” (Seabra, 1988: 15), o que propõe é “uma análise estrutural, embora não «delimitadamente estruturalista»”, que faça sobressair a dramaticidade que reside, no seu entender, “no diálogo das linguagens poéticas no interior da obra (das obras) dos heterónimos (...), acompanhado de um diálogo entre linguagens críticas” (*ibid.*: 31).

Chama, assim, a atenção, primeiro, para a premência de não se reduzirem as diferenças entre os heterónimos às concepções do mundo e da vida que neles estão implícitas ou explícitas; segundo, para a necessidade de não se aceitar a fórmula “drama em gente” enquanto drama da personalidade psicológica ou simples “desdobramento” da personalidade, mas, sim, “enquanto expressão dramática da própria poesia” (*ibid.*: 30).

Põe, pois, em evidência a estrutura dialógica da heteronímia, tomando distância de Jacinto do Prado Coelho que, em *Diversidade e Unidade em Fernando Pessoa* (livro pioneiro no campo dos estudos pessoanos, de 1949), explana a tese de que, sob a pluralidade de significantes, existe uma unidade. Em alternativa, José Augusto Seabra acentua a existência de um intertexto pessoano, e usa como instrumentos de análise os conceitos de intertextualidade e intratextualidade, os quais a obra de Fernando Pessoa torna, de certa forma, indistintos. Para Seabra, “sendo a textualidade pessoana, nas suas múltiplas expressões – da poesia à prosa – constituída por uma heterogeneidade (...) de discursos, cujos sujeitos são hipostasiados em heterónimos, semi-heterónimos, ou ortónimos, numa gradação de diferentes formas de se «outrar»”, “estamos perante uma encenação dramática por excelência, em que as réplicas dialógicas se reenviam, num processo de escrita/leitura feito de citações recíprocas, numa cadeia circulante” (“O coração do texto (da intertextualidade à intratextualidade)”, Seabra, 1996: 12-13).

Não se trata, por conseguinte, de unidade na diversidade, mas de circulação de discursos e de sujeitos. E aqui é a lição do próprio Pessoa que importa reter, quando, na sua “arte poética”, que é “Autopsicografia”, nos fala desse “comboio de corda”, que é o coração, girando sempre, em círculo, “a entreter a razão”.

Seabra retomará em “O trágico pessoano” (in *O Coração do Texto*), a tese que radica na “transferência ou transposição, por Pessoa, da dramaticidade enquanto género para a dramaticidade dos discursos heterónimos, no poetodrama pessoano” (*ibid.*: 33). Já que, como afirma também, no seu primeiro livro, “não é em verdade o «poeta dramático» que fala através dos poetas líricos, mas sim os poetas líricos que falam o «poeta dramático», que Pessoa não é, ou melhor, que falam o poeta lírico que Pessoa dramaticamente é” (1988: 33).

Tomando igualmente distância em relação a outro crítico pessoano, Georg Lind (fá-lo, de resto, por diversas vezes), Seabra é também inovador na consideração de que a génese da criação em Pessoa não pode ser considerada de índole “programática”, como pretende aquele exegeta (*ibid.*: 42-43), pois que os heterónimos não nascem verdadeiramente senão com os poemas de que são autores (como, aliás, o próprio Fernando Pessoa ensina).

Neste caso, “o poetodrama decorre do poemodrama – e não o contrário. Os poetas existem em função dos poemas e não os poemas em função dos poetas”, como diz (*ibid.*: 52) – daí, a oscilação na atribuição da *autoria* de tantos textos.

O pendor pedagógico de José Augusto Seabra leva-o a explicitar o sentido dos neologismos “poemodrama” e “poetodrama”. “O poemodrama seria, literalmente, essa operação alquímica pela qual a «personalidade» de Pessoa se transmuda num «drama em gente», a sua poesia numa pluralidade de linguagens poéticas, enfim, o poeta numa multiplicidade de poetas: num poetodrama”, escreve em *Fernando Pessoa ou o poetodrama* (1988: 233-234). Ainda numa outra passagem do seu estudo, considera que o cerne do drama e da obra pessoana reside na “desintegração da linguagem numa pluralidade de linguagens (o poemodrama), do sujeito numa pluralidade de sujeitos (o poetodrama)” (*ibid.*: 71).

Estes neologismos, além da sua operacionalidade hermenêutica, correspondem à necessidade de criação terminológica que sempre surge quando o crítico se debate com uma inovadora apreensão do objecto ou quando, como no caso de Fernando Pessoa, verdadeiro *logoteta*, se está perante a fundação de uma nova linguagem ou língua poética.

José Augusto Seabra fá-lo porventura à maneira do mestre Roland Barthes, de quem Louis-Jean Calvet salienta a “logofilia e o logotetismo” (Barthes, 1979), a propósito precisamente da sua

capacidade de fundação de uma linguagem ou língua nova para expressar o novo¹⁰. Mas fá-lo também na medida em que a obra de Pessoa lho exige, pois, no seu entender, as linguagens heteronímicas devem ser consideradas “líguas, sim, mas [líguas] a vir, ou, como escrevia Bernardo Soares, “antes da norma e do sistema” (ensaio “A língua de Babel”, 1996: 41).

Um outro aspecto que não podemos deixar de considerar é o facto de José Augusto Seabra ter sido um dos primeiros a reparar que a “diversidade dialógica dos discursos que se cruzam no heterotexto pessoano” tem uma dimensão esotérica, “que se inscreve no rosicrucianismo e no cristianismo gnóstico do Poeta” (*ibid.*: 43).

Esta observação, que tendeu e tende a passar despercebida a muitos exegetas pessoanos, quer por ignorância dos temas quer por preconceito, foi sendo reiterada ao longo dos anos, nas muitas intervenções críticas de José Augusto Seabra. É ele, sem dúvida, o comentador académico que, de forma mais profunda e consistente, salienta a inescapável presença do ocultismo “como o próprio fundamento da heteronímia” (1988: 55) e verifica que o esoterismo “está sempre subjacente (e é transcendente) à experiência poética de Pessoa” (*ibid.*: 209).

É neste pressuposto que Seabra lê, de forma original, *Mensagem* (obra da qual organizou uma edição crítica em 1993), pondo em evidência a sua *arquitextura* (conceito de Gérard Genette), que se manifestaria na “sobreposição na mesma obra de uma diversidade de géneros, ou melhor, de «arquigéneros»”, que são, afinal, como diz, os que “atravessam toda a tradição ocidental até à modernidade: epopeia, lirismo e drama” (Pessoa, 1996: 238).

Mais à frente, sublinha também que “tanto de um ponto de vista genético como estrutural, a poética pangenérica de *Mensagem* só arquitextualmente se deixa apreender” (*ibid.*: 240).

Esta “arquitextura pangenérica” é marcada, segundo Seabra, por um “simbolismo hermético”, pois que “o poemodrama e o poetodrama pessoanos relevam (...) de uma dramaturgia simbólica” que, sendo particularmente detectável em *Mensagem* e nos poemas explicitamente esotéricos, “articula toda a produção orto-heterónima, em poesia e prosa” (ensaio “A universalidade dos símbolos”, 1996: 86).

É esta chave que permite também a José Augusto Seabra, dando provas de uma acuidade crítica assinalável, ler de forma igualmente original o texto de *Interregno* (lido, no geral, em termos de uma suspeita adesão de Pessoa ao emergente salazarismo). Ora, tanto quanto me é dado saber, nunca fora feita daquele opúsculo de Fernando Pessoa (escrito em 1928 e em nome de um enigmático Núcleo de Acção Nacional) uma leitura convergente com a que é feita de *Mensagem*.

¹⁰ Diria o próprio Barthes que “Ler é encontrar sentidos, e encontrar sentidos é nomeá-los” (Barthes, 1980: 16).

Neste sentido, é posta em destaque a estrutura esotérica de *Interregno*, que só uma análise da “simbologia iniciática e profética”, não ao alcance de muitos, permitiria detectar. Seabra vê em *Interregno* – opúsculo que foi deixado em suspenso pelo próprio autor e por ele referenciado como não sendo mais do que a introdução e a primeira parte de um “livro”, onde “tudo se liga, até numericamente” – um “halo de mistério”, “com uma série de *não-ditos* a que o autor faz sibilamente alusão” (1996: 54). Nesta medida, o “Estado de Interregno” apresenta-se como um “Estado” intermédio – nem República nem Monarquia – um “Estado” de vazio, ou de nevoeiro (?), no qual se pode inserir o apelo da “Hora” profética (*ibid.*: 53). Enfim, um “Estado” de *Interregno* que Seabra aproxima, por contraponto, e inesperadamente talvez, do estado fictício pensado ou criado pelo “desassossego” de Bernardo Soares.

No processo hermenêutico de Seabra está subjacente, como se vê, uma permanente tensão entre *poiesis*, *poiética* e *polis*, tensão essa que Maria Aliete Galhoz, no prefácio atrás citado, sublinhara já como sendo o fio condutor do ensaísmo seabrino. A mesma tensão, no fim de contas, que subjaz a toda a obra pessoana.

Em suma, a exegese da obra de Fernando Pessoa, na óptica de José Augusto Seabra, não me parece, de modo algum, datada ou sequer dispensável. Pelo contrário, tê-la presente pode (continuar a) iluminar o nosso caminho. Ultrapassando uma perspectiva “delimitadamente estruturalista”, e suficientemente divergente dos modismos da época, ela logra não apenas pôr a nu o “esqueleto” dessa obra, mas, sobretudo, tocar-lhe o “coração”.

Face ao intertexto pessoano, imprescindível se tornava, sem sombra de dúvida, como afirma José Augusto Seabra, “partir, metodologicamente de um paradigma sistemático (de uma matriz)” que “permitisse reter, como numa rede, a multiplicidade de formas em que a poesia de Pessoa se realiza” (1988: 243). Por outro lado, o leitor por excelência, que José Augusto Seabra foi e é, faz questão de nos lembrar (recorrendo de novo à figura tutelar de Roland Barthes) que “desse texto absolutamente plural podem os sistemas de sentido apoderar-se, mas o seu número nunca é fechado, tendo por medida o infinito da linguagem” (*ibid.*: 242).

Referências

- BARTHES, Roland (1979) *Discurso-escrita/texto*, revisão da tradução e introdução de José Augusto Seabra, Braga, Livraria Pax.
- (1980), *S/Z*, tradução de Maria de Santa Cruz e Ana Mafalda Leite, Lisboa, Edições 70.

- PESSOA, Fernando (1996), *Mensagem / Poemas esotéricos*, edição crítica de José Augusto Seabra (coord.), 2ª edição, Madrid, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro, Lima, Altea XX [1ª ed. 1993].
- SEABRA, José Augusto (1988), *Fernando Pessoa ou o poetodrama*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda [1ª ed., 1974].
- (1996), *O Coração do Texto – novos ensaios pessoanos*, Lisboa, Edições Cosmos.